



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpeleção Escrita

Os jovens de Macau têm enfrentado, ao longo dos tempos, graves problemas habitacionais, com grave impacto negativo para os seus planos de vida, desenvolvimento profissional e sentido de pertença social. O Chefe do Executivo esclareceu, há dias, que nem todos os jovens de Macau vivem sem preocupações, e que, na verdade, a maioria dos jovens de Macau é perturbada com a questão da habitação e tem uma vida difícil.

Segundo os dados da Direcção dos Serviços de Estatística e Censos, em 2017 foram transaccionadas 13.985 fracções autónomas¹ cujo valor, calculado com base no total do imposto de selo, atingiu 85 230 milhões de patacas², e o preço médio de uma habitação foi cerca de 6,09 milhões de patacas (MOP\$6.094.386,84). Segundo os dados das autoridades, em 2017, a mediana do rendimento mensal do emprego dos residentes foi de 19.000 patacas³, então, para adquirir uma casa no mercado privado, cada jovem tem de gastar zero em alimentação e habitação durante mais de 25 anos. Este nível dos encargos habitacionais é o mais elevado do mundo.

No Relatório das LAG/19 salienta-se a prestação de atenção às necessidades reais dos jovens, mas não se faz qualquer referência a medidas e planos para fazer face aos elevados preços e rendas das habitações. Para além disso, o Governo pretende elevar o limite mínimo de idade para a candidatura à habitação social e económica. Há dias, o Secretário para os

¹ <https://www.dsec.gov.mo/TimeSeriesDatabase.aspx?KeyIndicatorID=80>

² <https://www.dsec.gov.mo/TimeSeriesDatabase.aspx?KeyIndicatorID=81>

³ <https://www.dsec.gov.mo/TimeSeriesDatabase.aspx?KeyIndicatorID=25>



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Transportes e Obras Públicas manifestou, repentinamente, que “tinha desistido das novas tipologias de habitação pública”, o que se traduz, sem dúvida, num balde de água fria para os jovens.

Mais, o Secretário para a Economia e Finanças afirmou que numa situação de falta de oferta suficiente de habitação, a mera implementação de “medidas picantes” para controlar a oferta e a procura ia resultar, apenas, no aumento contínuo do preço dos imóveis. Por seu turno, o Secretário para os Transportes e Obras Públicas afirmou que a oferta de habitação pública a curto e médio prazo não conseguia satisfazer a procura.

Tudo isto mostra que o Chefe do Executivo não prestou importância às questões relativas às linhas de acção governativa, e que cada um empurra as responsabilidades para o outro no âmbito da oferta e da procura de habitação. Assim sendo, tanto os jovens como os residentes não têm alternativa senão continuar a enfrentar as dificuldades com a aquisição de habitação, o que se traduz numa “bomba-relógio” com impacto para a estabilidade social.

Pelo exposto, usando do poder em matéria de fiscalização, consagrado na Lei Básica da RAEM e no Regimento da Assembleia Legislativa, e solicitando que me seja dada, nos termos do artigo 15.º do Processo de interpelação sobre a acção governativa, uma resposta escrita dentro de 30 dias a contar do recebimento, pelo Chefe do Executivo, da presente interpelação, interpelo o Governo da RAEM sobre o seguinte:

1. Ao longo destes anos, tem crescido a ansiedade dos jovens devido às dificuldades em adquirir habitação, e o Chefe do Executivo reconheceu,

IE-2018-11-19-Sou Ka Hou (P) SL-APN



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

várias vezes, que o preço dos prédios privados era demasiado elevado. Entretanto, as políticas respeitantes às novas tipologias de habitação pública, destinadas aos jovens, aos indivíduos recém-casados e aos da classe média, mantêm-se em fase de estudo, entre as quais, a política da atribuição de alojamento aos jovens sob a forma de “arrendar primeiro e comprar depois”, que ainda se encontra em fase de discussão. O Chefe do Executivo afirmou, há dias, que a Direcção dos Serviços de Estudo de Políticas e Desenvolvimento Regional tem acompanhado o estudo sobre as novas políticas de habitação pública, incluindo os dormitórios para os jovens. Quais são o rumo desse estudo e o seu ponto de situação? O Governo deve, aproveitando este estudo e com base na crescente abundância de terrenos em reserva, proporcionar ao próximo Governo melhores condições para desenvolvimento, procedendo, o mais rápido possível, ao planeamento e à construção das novas tipologias de habitação pública, com vista a resolver as necessidades habitacionais prementes dos jovens. O Governo está confiante no desenvolvimento desses trabalhos?

19 de Novembro de 2018

**O Deputado à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau,**

Sou Ka Hou

IE-2018-11-19-Sou Ka Hou (P) SL-APN